SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº. 003/2024 – SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.

Considerando o Processo nº. 2024/1478

R E S O L V E:

CONCEDER, 20 (VINTE) dias, de Licença Paternidade, no período de 23/12/2023 a 19/01/2024, ao servidor, RICARDO SOUZA DE ALMEIDA, Matrícula nº 5924531/2, ocupante do cargo de:, Assistente de Administrativo, com lotação na NTI/SEASTER.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em, 03 de janeiro de 2024.

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda.

Mat. 5945555/ 1

PORTARIA Nº 01/2024 – SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, em exercício, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 30 de novembro de 2023, publicado no DOE nº 35.631 de 01 de dezembro de 2023.

R E S O L V E:

Considerando o PAE nº 2023/1360647

R E S O L V E:

PRORROGAR A CESSÃO do servidor ITALO JULIANO GARCIA VAZ, matrícula 57225259, da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER para a Secretaria Municipal de Administração de Ananindeua, no período de 01/01/2024 a 31/12/2025, com ônus no órgão de origem e posterior reembolso do órgão de destino, nos termos do Decreto nº 795 de 29/05/2020, publicado no DOE 34.240 de 01/06/2020. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 03 de janeiro de 2024.

PAULO SERGIO DE SOUZA NASCIMENTO

Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda, em exercício

Mat. 5946524/ 4

PORTARIA Nº 04/2024 – GABS/SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, em exercício, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 30 de novembro de 2023, publicado no DOE nº 35.631 de 01 de dezembro de 2023.

Conforme o PAE nº 2024/5716

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor ADEJARD GAIA CRUZ, matrícula 80845778/4, para responder pela Diretoria de Administração e Finanças - DAF, em substituição a titular, MARIA EVANEIDE PANTOJA DA SILVA, matrícula 5904057/ 1, que se encontra afastada em gozo de férias no período de 02/01/2024 a 31/01/2024.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 04 de janeiro de 2024.

PAULO SERGIO DE SOUZA NASCIMENTO

Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda, em exercício

Mat. 5946524/ 4

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 18 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência-Pará/CEDPD-PA.

O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CEDPD/PA, no uso de suas atribuições legais conferidas no inciso XIV, Artigo 4º da Lei nº 7.204, de 23 de setembro de 2008, em conformidade com a deliberação de sua 6ª Reunião Extraordinária de 17 de novembro de 2010, resolve:

Art. 1º. Aprovar seu Regimento interno na forma do anexo da presente Resolução.

Art. 2º. As disposições desta Resolução tem efeito retroativo à data de sua assinatura.

Belém, 18 de dezembro de 2010.

Inocencio Renato Gasparim

Presidente

ANEXO Texto Integral do Regimento Interno

Art. 1º O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência/CE-
DPD-PA, criado pela lei Estadual nº. 7.204, de 23 de setembro de 2008, é o órgão colegiado de caráter permanente, com funções deliberativas, normativas, controladoras, fiscalizadoras e consultivas, vinculado à Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, e terá seu funcionamento regulado pelo presente Regimento Interno e pelas demais resoluções advindas das deliberações de seu Plenário e possui sede nas dependências do Centro Integrado de inclusão e Cidadania, sito à Avenida Almirante Barroso, nº1765, Marco – Belém/Pará e foro na Comarca

de Belém – Pará.

Art. 2º O CEDPD-PA tem por finalidade básica definir, acompanhar e avaliar a Política Estadual da Pessoa com Deficiência.

Parágrafo Único: Para o alcance da finalidade estabelecida no caput deste artigo, caberá ao CEDPDPA:

I. Aprovar os planos e programas da Administração Pública Estadual direta e indireta que integrem a Política da Pessoa com Deficiência;

II. Formular diretrizes e propor planos, programas e projetos relacionados com a questão da pessoa com deficiência nas diferentes políticas públicas, objetivando a efetivação de seus direitos com vistas à sua inclusão social;

III. Acompanhar o planejamento e avaliar a execução, mediante relatórios de gestão e outros procedimentos pertinentes, das políticas e programas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana e outras que objetivam a inclusão da pessoa com deficiência;

IV. Opinar e acompanhar a elaboração de Leis estaduais que tratem dos direitos das pessoas com deficiência;

V. Supervisionar e divulgar o cumprimento da legislação, bem como defender a ampliação dos direitos das pessoas com deficiência;

VI. Receber e encaminhar aos órgãos competentes denúncias ou reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer discriminação, ameaça ou violação de direitos da pessoa com deficiência, assegurados na legislação pertinente, exigindo a adoção de medidas efetivas de proteção e reparação;

VII. Zelar pela efetiva implantação e implementação do sistema descentralizado e participativo de defesa e promoção dos direitos das pessoas com deficiência;

VIII. Estimular a criação de Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Estado do Pará e proporcionar apoio técnico e capacitação dos gestores públicos e da sociedade civil para a aplicação dos direitos, princípios e diretrizes estabelecidas nas Leis Federais, Estaduais e Municipais;

IX. Apoiar e incentivar a organização de entidades populares, que defendam os direitos das pessoas com deficiência;

X. Realizar, sob sua coordenação, uma Conferência Estadual, a cada dois anos, para, entre outros objetivos, avaliar e propor ações e políticas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Estado, garantindo-se sua ampla divulgação;

XI. Propor a realização de estudos, pesquisas e debates que objetivem a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência;

XII. Propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências;

XIII. Propor ao poder público, parcerias com órgãos e instituições afins, objetivando concretizar a Política dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

CAPÍTULO II COMPOSIÇÃO

Art. 3º O CEDPD/PA é composto por dezoito membros, representando paritariamente, a sociedade civil e o poder público.

§ 1º A representação do Poder Público será composta por:

- I. Um representante da Secretaria de Estado de Assistência Social;
- II. Um representante da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos;
- III. Um representante da Secretaria de Estado de Educação;
- IV. Um representante da Secretaria de Estado de Saúde Pública;
- V. Um representante da Secretaria de Estado de Cultura;
- VI. Um representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer;
- VII. Um representante da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda;
- VIII. Um representante da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças;
- IX. Um representante dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

§ 2º A representação da sociedade civil será composta por:

- I. Um representante de entidade da área da deficiência física;
- II. Um representante de entidade da área da deficiência visual;
- III. Um representante de entidade da área da deficiência mental;
- IV. Um representante de entidade da área da deficiência auditiva;
- V. Um representante de entidade da área das deficiências múltiplas;
- VI. Um representante de entidade que represente todas as áreas de deficiência;
- VII. Um representante das Instituições de Pesquisa e Ensino Superior;
- VIII. Um representante das entidades de classe dos trabalhadores da indústria, serviços e comércio;
- IX. Um representante das Organizações de Trabalhadores.

Art. 4º Os nove representantes da sociedade civil serão escolhidos por eleição, em assembleia geral, através do voto secreto, entre as organizações/ entidades de defesa de direitos e/ou atendimento de pessoas com deficiência, com mais de dois anos de funcionamento comprovado, de âmbito estadual, previamente habilitada pelo CEDPD-PA para o processo eleitoral.

§ 1º Considera-se como entidade da sociedade civil, para efeito deste dispositivo, a entidade privada, sem fins lucrativos, que se caracterize pela representatividade e visibilidade pública.

§ 2º O Processo Eleitoral será conduzido por uma comissão, composta por membros do CEDPD—PA, devendo ser convidado um representante do Ministério Público Estadual para acompanhar o processo.

§ 3º A eleição será convocada pelo CEDPD—PA, por meio de edital, publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término do mandato vigente.

§ 4º As eleições para escolha dos representantes da sociedade civil serão realizadas com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do mandato vigente.

§ 5º Será realizada uma Assembleia para cada área de representação estabelecida no § 2º do artigo anterior.